

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ÁLCOOL

Os participantes da Primeira Conferência Pan-Americana de Políticas Públicas Sobre Álcool, sediada em Brasília, Brasil, de dia 28 a 30 de novembro de 2005;

Alarmados com o fato do álcool ser o fator de risco mais importante para a carga de doenças nas Américas e que os danos relacionados ao álcool têm sido negligenciados na região;

Lembrando e reafirmando a resolução da Assembléia Mundial da Saúde 58.26 da Organização Mundial da Saúde que torna urgente a necessidade dos estados membros desenvolverem, implementarem e avaliarem estratégias eficazes e programas para redução das conseqüências negativas sociais e da saúde do uso nocivo do álcool;

Reconhecendo que as evidências científicas estabeleceram que o consumo de risco e nocivo do álcool causa morte prematura, doença e incapacidade;

Preocupados com o fato de que em muitos países existe um significativo consumo não registrado de álcool, e que a produção registrada e o consumo do álcool são altos e em níveis crescentes;

Reconhecendo que o dano causado pelo álcool é um problema nacional e regional nas Américas de natureza social e de saúde pública, apesar das diferenças culturais entre as nações;

Reconhecendo que o álcool é causa de mortes violentas, lesões intencionais e não-intencionais, particularmente entre jovens;

Notando que o álcool é também causa de óbito, incapacidade e danos sociais para outras pessoas além dos próprios bebedores;

Consciente de que os estudos que existem sobre os custos do consumo do álcool sugerem que os problemas relacionados ao mesmo criam uma pesada carga econômica, além da carga social e para a saúde;

Preocupados com o fato de que o álcool interage com a pobreza na produção de ainda maiores conseqüências para aqueles que não têm acesso aos recursos básicos de saúde e sustento;

Preocupados que populações indígenas, migrantes, crianças de rua e outras populações altamente vulneráveis nas Américas sofrem de maneira desproporcional com os impactos negativos do álcool;

Enfatizando o risco de dano causado pelo consumo do álcool durante a gravidez;

Reconhecendo as ameaças à saúde pública causadas pela crescente disponibilidade e acesso às bebidas alcoólicas em muitos países das Américas;

Preocupados com o fato de que a publicidade, promoção e iniciativas de patrocínio de bebidas alcoólicas estejam alcançando jovens e minando os esforços para reduzir e prevenir o consumo de bebidas alcoólicas entre menores de idade;

Tendo em mente as fortes evidências da eficácia das estratégias e medidas que têm como objetivo a redução do consumo do álcool e o dano relacionado a ele;

Reconhecendo que as abordagens relacionadas ao consumo nocivo de álcool devem contemplar diferentes modelos e às estratégias para reduzir os danos sociais e à saúde;

Reconhecendo que a cooperação internacional e a participação de todos os países da região são necessárias para reduzir as conseqüências negativas sociais e na saúde advindas do consumo de álcool;

Recomendam que:

1. Prevenir e reduzir os danos relacionados ao consumo de álcool sejam considerados uma prioridade de saúde pública para ações por parte de todos os países da região das Américas.
2. Estratégias regionais e nacionais sejam desenvolvidas, incorporando um elenco culturalmente apropriado de políticas baseadas em evidências, a fim de reduzir os danos relacionados consumo do álcool.

3. Essas estratégias sejam apoiadas por melhores sistemas de informação e por mais estudos científicos sobre o impacto do álcool e os efeitos das políticas de álcool nos contextos nacionais e culturais dos países das Américas.
4. Uma rede regional de pontos focais nacionais, nomeados pelos Estados Membros das Américas, seja criada com a cooperação técnica e o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, para trabalhar para a redução dos danos relacionados ao consumo de álcool.
5. Políticas baseadas em evidência sejam implementadas e avaliadas por todos os países das Américas.
6. Áreas prioritárias de ação incluem: ocasiões quando se bebe excessivamente, o consumo geral da população, mulheres (inclusive mulheres grávidas), populações indígenas, jovens, outras populações vulneráveis, violência, lesões intencionais e não intencionais, consumo de álcool por menores de idade e transtornos relacionados ao uso de álcool.